

Editorial

O Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal de Sergipe apresenta o número 12, do volume 7, da Revista *Tempos e Espaços em Educação* indexada na tabela de periódicos da CAPES, a partir de 2013, com B4 em Educação e B3 em Ensino e Interdisciplinar. Para esta edição, foram aceitos textos de estudos sobre Gênero e Educação.

As questões de Gênero e Educação vêm ganhando espaço nas análises e pesquisas educacionais, não com o ritmo ou a forma como estudiosas (os) feministas desejam e esperam. A organização do Número Temático sobre Gênero e Educação da Revista *Tempos e Espaços em Educação* do PPGED/UFS constituiu-se num desafio e uma oportunidade de atender à demanda de socialização do conhecimento por meio da publicação de uma amostra de artigos sobre a abordagem da diferença no campo educacional e fora deste, contribuindo para ampliar, refinar e complexificar o debate. Questões e temáticas diversas, sob distintas perspectivas teóricas e enfoques metodológicos, vêm sendo priorizadas e assumidas por estudiosas/os, educadoras/es, trabalhadores/as culturais e intelectuais, espalhados em diversos centros de pesquisa, universidades, escolas, núcleos e grupos de estudos de várias regiões do País. Procurou-se estabelecer um diálogo com a teorização e a produção da área, a partir de diferentes posições disciplinares e teóricas relevantes.

Com o intuito de divulgar diferentes abordagens teóricas e metodológicas, este dossiê privilegiou artigos com recortes multidisciplinares sobre Gênero e a Educação, na tentativa de contribuir na divulgação do conhecimento numa perspectiva micro/macro, local/nacional a partir da relação do tempo/espaço. O primeiro texto, intitulado *A CRÍTICA FEMINISTA À CIÊNCIA E CONTRIBUIÇÃO À PESQUISA NAS CIÊNCIAS HUMANAS*, da pesquisadora Maria Helena Santana Cruz (UFS), centra-se nas principais contribuições trazidas pela epistemologia feminista à ciência e à pesquisa nas ciências humanas e

sociais, particularmente na área da educação. A autora parte da necessidade de uma formulação de uma crítica em relação a alguns pressupostos, os quais nortearam a produção do conhecimento científico, para enfatizar a relevância dos estudos de gênero para as Ciências Humanas, na medida em que as críticas produzidas pelos/as pesquisadores/as dos estudos de gênero fazem surgir novos modelos e conceitos para conceber, realizar pesquisas e analisar diferentes aspectos da sociedade, sempre com um viés progressista, a fim de contribuir com transformações sociais.

No texto seguinte, *UM DEBATE SOBRE A ESCOLA COMO TECNOLOGIA POLÍTICO-CULTURAL*, Djalma Thürler (UFBA) e Josué Leite dos Santos (UFBA) investigam a necessidade de realizarmos uma interseção entre a perspectiva dos Estudos Culturais e seus desdobramentos (estudos pós-modernos, pós-estruturalistas e teoria *queer* voltados para a educação, sexualidades, gênero e masculinidades) para que se possa refletir sobre as relações escola, conhecimento/ saber e poder, currículo e cultura. Os autores nos alertam sobre a necessidade de articular conjuntamente as contribuições dessas matrizes epistemológicas para que se possa estabelecer uma reflexão acerca da escola nos processos de materialidade dos corpos enquanto artefato performativo.

A partir das experiências de socialização e trajetórias como professoras de Pedagogia de uma universidade pública do interior da Região Centro Oeste, Magda Sarat (UFGD) e Míria Izabel Campos (UFGD), no texto *GÊNERO, SEXUALIDADE E INFÂNCIA: (CON) FORMANDO MENINAS*, apresentam os principais resultados de pesquisa empírica realizada como docentes da Educação Infantil para conhecer e compreender como vivenciaram/construíram concepções de gênero e sexualidade em suas relações interpessoais, nos espaços privado e público, uma vez que foram educadas e cuidadas para corresponderem aos comportamentos “ditos” de meninas, conforme padrões sociais e históricos dominantes. As análises evidenciaram aprendizados permeados por silêncios, cuidados e educação buscando uma feminilidade exigida como legítima, assim como uma forma considerada “normal” de sexualidade, bem como lugares previstos para meninas/meninos.

Na sequência, Maria Mary Ferreira (UFMA) apresenta o texto *RELAÇÕES DE CLASSE E GÊNERO NA ESCOLA: REVISITANDO CONCEITOS DE IGUALDADE, DESIGUALDADE, DIFERENÇA, CLASSE E GÊNERO*. Neste artigo, a autora discute os conceitos de igualdade, diferença, identidade, classe e gênero para mostrar como eles marcam a construção da identidade tendo a escola como lócus. Neste sentido, ao refletirmos esses conceitos, espera-se contribuam para ampliar o debate nas escolas e universidades, espaços considerados fundamentais para alterar as relações de poder e de gênero com vistas à construção de uma sociedade de iguais.

No texto seguinte, *HANAMI OU CORPOS FOGEM, VAZAM, ESCAPAM...*, Juliana Prochnow dos Anjos (UFMG) e Lívia de Rezende Cardoso (UFS) analisam algumas passagens do filme *Hanami – Cerejeiras em Flor* a fim de problematizar a estabilidade das normas discursivas do “sexo”, apoiando-nos na discussão de gênero proposta pela filósofa pós-estruturalista Judith Butler. As autoras apresentam suas reflexões a partir de personagens como Rudi e Trudi representantes, de início, dos corpos masculino e feminino, respectivamente; que após alguns aspectos marcantes nas vidas dessas personagens, pôde-se perceber o processo de corpos abjetos serem apresentados na narrativa, bem como saírem da fixidez de suas identidades para experimentarem outras maneiras de estar no mundo, numa espécie de fronteira.

No texto *GÊNERO E SEXUALIDADE NO LÓCUS FAMÍLIA/ ESCOLA: INCURSÕES DEFLAGRADAS A NÃO HETEROSSEXUALIDADE E OS DESAFIOS PARA A CIDADANIA RECONHECIDA*, as autoras Maria de Fátima Di Gregório (UNEB/UESB) e Karine Nascimento Silva (UCSAL) apresentam como base em pesquisas realizadas em escolas públicas do município de Jequié/BA a importância de refletir sobre as posturas estigmatizadoras das pessoas na família e na escola. As autoras mostram que se faz necessário criar condições propícias para a emergência de novos paradigmas na família e na escola, com olhar voltado para a questão da legitimação dessas condutas preconceituosas, onde pensar a alteridade fundamenta o resgate de uma ética mais comprometida com o processo de inclusão social e de práticas escolares e sociais não discriminadoras.

Na sequência, Ana Paula Canotilho (UP-Portugal), Neuza Farias Araujo (UNB) e Sandra Mara Tabosa de Oliveira (IFB) apresentam o artigo *A CONTRIBUIÇÃO DA ESCOLA PARA A EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES*. Nele, as autoras focam em algumas questões relevantes do campo da educação, para refletir sobre as possibilidades e constrangimentos no acesso das mulheres aos cargos de decisão e às estruturas de democracia formal. Abordam-se nesse texto questões relativas às formas pelas quais a educação escolar tem contribuído para o avanço da igualdade entre meninos e meninas, homens e mulheres, equacionando algumas dimensões em que a escola ainda reproduz a desigualdade, não realizando uma verdadeira coeducação e, de alguma forma, contribuindo para a perpetuação da invisibilidade das mulheres na esfera pública.

No texto *COMO AS ESCOLAS EDUCAM CORPOS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS?*, Alfrancio Ferreira Dias reflete, a partir de uma revisão da literatura, como as práticas escolares contemporâneas estão a educar os corpos de meninos e meninas para produzirem as diferenças. Discutem-se as questões do gênero e do corpo como um campo e de relações de poder, que influenciam as experiências e expectativas de representação do erotismo, da sexualidade e do corpo. Conclui mostrando a necessidade de incluir o princípio da coeducação para ampliação das relações de gênero nas práticas educativas, bem como as desigualdades no campo da educação.

A segunda parte desse número traz uma seleção de artigos que se inicia com o texto *EDUCAÇÃO, GÊNERO E RAÇA: MAPEANDO ALGUMAS DESIGUALDADES*, de Liliane Pereira de Souza (UNESP). A autora buscou compreender as desigualdades que permeiam o campo da educação nas relações de gênero e raça, articulando a educação na medida em que esta pode ser pensada enquanto projeto social, considerando que a escola pública da qual se trata é aquela gerada como parte das necessidades sociais e das condições materiais surgidas com a revolução industrial. Apresenta também os resultados de uma pesquisa bibliográfica que teve como base os microdados do Censo Demográfico 2010, na qual evidencia que apesar da redução das desigualdades, ainda persistem diferenças na participação no mercado de trabalho e na educação de mulheres e negros e, em especial, das mulheres negras.

No texto seguinte, *FORMAÇÃO DOCENTE: DO INFINITO AO PARTICULAR! NARRATIVAS SOBRE GÊNERO, RAÇA E RELIGIÃO*, Maria da Anunciação Conceição Silva (UNEB) apresenta, a partir das narrativas sobre suas histórias de vida no contexto escolar, como os docentes/alunos problematizam e refletem suas experiências acerca das questões raciais, de gênero e de religião no cotidiano das suas práticas pedagógicas. O Estudo evidencia, ainda, a relevância das atividades de estágio supervisionado como um instrumento de formação docente, para repensar a dinâmica didática e pedagógica das escolas polo e as possibilidades de transformação dos alunos envolvidos no processo de aprendizagem para uma educação não discriminatória.

No texto *A INSTRUÇÃO DA FÊMEA: A EDUCAÇÃO DA MULHER BRASILEIRA NO SÉCULO XIX*, Ramon Ferreira Santana (AGES) analisa a inserção da figura feminina nos ambientes educacionais durante o século XIX, quando o Brasil viveu seu período Imperial. Para tanto, as principais fontes utilizadas foram obras relacionadas ao tema, a partir de uma abordagem histórica, especialmente aquelas que dessem maior ênfase à participação da mulher e as transformações do seu papel no seio social, destacando-se, entre elas, Del Priori (2000), Follador (2009), Freyre (2006), Haidar (2008) e Louro (1997). A partir das salutar tentativas de mudança no trato com a mulher, que ocorreram desde o final do século XVIII, o modo como foi concebida a participação da mulher na sociedade brasileira transformou-se largamente, especialmente a partir das modificações que reestruturaram a organização social, como a intensificação da industrialização, o refinamento da ciência e o remodelamento político no país.

No artigo *GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: PERSPECTIVAS EM DEBATE*, Anabela Maurício de Santana (UNIT) analisa a reprodução das relações de gênero no âmbito da relação homoafetiva, possibilitando uma reflexão acerca do que é ser homem e do que é ser mulher e seus respectivos papéis na sociedade e na família e problematiza as relações existentes entre gênero e sexualidade na educação. A autora problematiza as relações existentes entre gênero e sexualidade na educação, a partir da perspectiva dos Estudos Culturais e dos Estudos Feministas, tendo como marco teórico a abordagem pós-estruturalista.

Fechando o número temático, Thiago Bogossian (UFF) apresenta o artigo “JÁ PENSOU PEDRO COM UM CABELÃO DE MARIA CHIQUINHA! NÃO COMBINA, NÉ?!” GEOGRAFIA E GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL, elaborado a partir dos referenciais teóricos dos estudos de gênero, da Sociologia da Infância e da Ciência Geográfica. O autor destaca algumas reflexões, mesmo que ainda de forma inconclusiva, relacionadas à desigualdade de gênero presente em uma instituição de Educação Infantil no município de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro. Inicialmente, a pesquisa já nos alerta que na escola a desigualdade de gênero ainda assume diferentes feições, ora estigmatizando comportamentos, ora normatizando corpos, ora permitindo um contato diferenciado entre meninas e meninos e professoras e professores.

Na sessão de artigos de demanda contínua apresentamos três artigos da área da História da Educação. O primeiro, EDUCAÇÃO SUPERIOR MILITAR: CARACTERÍSTICAS NO PERÍODO DE 1960 A 1980, de Renato Kraide Soffner (UNISAL) e Deise Becker Kirsch (UNISAL). Eles analisam o modelo educacional militar brasileiro, caracterizado por um sólido e marcante enfoque tecnicista, no período que se inicia na década de 1960 e vai até os anos de 1980. Os autores concluem que o modelo tecnicista na educação militar restringe a formação do oficial de carreira das forças armadas ao fazer técnico, sem considerar a importância desse profissional não somente em tempos de guerra, mas inserido numa sociedade democrática e em tempos de paz, o que seria importante contemplar numa formação integral do sujeito.

No texto INSTRUÇÃO E POLÍTICA NA PROVÍNCIA DE SERGYPE DURANTE O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO ESTADO NACIONAL (1820-1850), Cristiano Ferronato (UNIT), Joelson Silva dos Santos (UNIT), Joseane Gonçalves da Silva (UNIT) e Simone Silveira Amorim (UNIT) apresentam algumas considerações iniciais sobre a questão da instrução pública na Província de Sergype, durante o período que entendemos como de construção do estado nacional, ou seja, entre os anos de 1820 e 1850. Destacam como marcos temporais, fazem referência em primeiro lugar ao ano em que D. João VI determinou por meio de carta régia à emancipação política de Sergype e ao ano de 1850, quando em análise da documentação

consultada percebemos que houve aumento dos debates no que se refere à instrução. Para atingirem o objetivo proposto no presente trabalho, utilizaram-se dos aportes teórico-metodológicos da História Cultural e da História Política, tendo como base Burke (2008), Gouvea (2008), Dolnikoff (2005) e Carvalho (1980).

Fechando a Sessão Livre, Fernanda Santos (UFRS), no texto A COMPANHIA DE JESUS E O CONCÍLIO DE TRENTO: ASPECTOS PEDAGÓGICOS DA CONTRA-REFORMA, mostra a importância do colégio jesuíta como uma instituição global e abrangente, atentando na formação moral, espiritual e religiosa do estudante, a partir das decisões do concílio tridentino. Partindo do estudo da *Ratio Studiorum*, e dos planos de ensino propostos, a autora procurou analisar as principais modificações trazidas pela Contrarreforma. Segundo a autora, o colégio foi o lugar escolhido para se ensinar formas concretas de moldagem de comportamentos que permitiram a aquisição de todo um acúmulo de saberes.

Agradecemos aos autores pela colaboração nesse número, bem como convidamos os leitores para uma leitura multidisciplinar sobre os estudos de gênero no campo da educação.

Alfrancio Ferreira Dias

Maria Helena Santana Cruz

Organizadores